

O SERVIÇO PSICOPEDAGÓGICO NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL NO ESTADO DO PARANÁ

THE PSYCHOPEDAGOGICAL SERVICE IN THE MUNICIPAL PUBLIC NETWORK IN THE STATE OF PARANÁ

EL SERVICIO PSICOPEDAGÓGICO EN LA RED PÚBLICA MUNICIPAL EN EL ESTADO DE PARANÁ

Caroline Elizabel Blaszkó¹
Evelise Maria Labatut Portilho²

Resumo: Objetiva-se apresentar dados e reflexões sobre o cenário do serviço psicopedagógico no Estado do Paraná. A metodologia é qualitativa de abordagem descritiva. Conclui-se que em 202 municípios do Estado do Paraná há a oferta de serviço psicopedagógico na rede pública municipal de educação.

Palavras-chave: Psicopedagogia; aprendizagem; Paraná.

Abstract: The objective is to present data and reflections on the setting of the psychopedagogical service in the State of Paraná. The methodology is qualitative with a descriptive approach. It is concluded that in 202 municipalities in the State of Paraná there is an offer of psychopedagogical services in the municipal public education network.

Keywords: Psychopedagogy; learning; Paraná.

Resumen: El objetivo es presentar datos y reflexiones sobre el escenario del servicio psicopedagógico en el Estado de Paraná. La metodología es cualitativa con enfoque descriptivo. Se concluye que en 202 municipios del Estado de Paraná se ofrece el servicio psicopedagógico en el sistema de educación pública municipal.

Palabras clave: Psicopedagogía; aprendizaje; Paraná.

Introdução

O presente artigo traz um recorte da tese de doutorado intitulada “O psicopedagogo na rede pública municipal em sete estados brasileiros: cenários e desafios”, a qual foi apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação, vinculado a linha de pesquisa Teoria e Prática Pedagógica na Formação de Professores da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Salienta-se que, neste artigo são apresentados os dados referentes ao serviço psicopedagógico ofertado na área da educação na rede pública nos municípios do Estado do Paraná, à variação do número de psicopedagogos atuantes em cada município, a formação a nível de graduação e também a área de especialização.

Assim, neste artigo objetiva-se apresentar dados e reflexões sobre o cenário do serviço psicopedagógico no Estado do Paraná. Justifica-se que a pesquisa desenvolvida está atrelada a necessidade eminente de conhecer o panorama do serviço psicopedagógico nas redes públicas municipais no Estado do Paraná.

¹ Universidade Estadual do Paraná, Campus de União da Vitória – UNESPAR/UV; Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Campus Caçador – UNIARP.

² Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR.

Nesta pesquisa a metodologia utilizada é qualitativa de abordagem descritiva. Segundo Minayo (2012, p. 21) a pesquisa qualitativa “responde a questões muito particulares [...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. Ainda de acordo com a autora, na pesquisa qualitativa o conjunto de fenômenos humanos é considerado parte da realidade social, possibilitando agir e interpretar as ações a partir de uma realidade.

Neste viés, a metodologia qualitativa norteou a pesquisa apresentada, visto que buscou responder questões particulares da área da Psicopedagogia, com foco no perfil e atuação do psicopedagogo nas redes públicas municipais de educação no Estado do Paraná.

A abordagem da pesquisa é descritiva que conforme Gil (2010, p. 27) explica que tem como propósito descrever “as características de determinada população. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis”. Para o autor, as pesquisas descritivas buscam estudar características de um determinado grupo, como por exemplo: distribuição, nível de atendimento, grau de escolaridade, entre outros aspectos pertinentes ao estudo.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário enviado via *e-mail* às Secretarias de Educação, direcionado aos psicopedagogos atuantes na rede pública de 399 municípios do Paraná. Ressalta-se que o questionário foi enviado em 2019, e os dados coletados foram classificados, descritos e analisados buscando-se compor um panorama de atuação e formação dos psicopedagogos.

Estabeleceram-se como critério de inclusão na pesquisa os psicopedagogos atuantes no cargo específico na área da educação das redes públicas municipais. Como critério de exclusão definiu-se que os profissionais municipais, mesmo que tivessem especialização em Psicopedagogia, porém com atuação em outra função diferente da psicopedagógica, não iriam ser considerados nesta pesquisa.

Salienta-se que o (a)s psicopedagogos(as) que participaram da pesquisa foram denominados através de letras e números diferenciados, respeitando os princípios éticos desta pesquisa, que garantem sigilo e preservação da identidade e privacidade dos participantes. A pesquisa também contou com a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), com o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) no 03851312.1.0000.0020.

A estrutura do trabalho é apresentada em três momentos, sendo no primeiro abordados algumas definições sobre a Psicopedagogia. No segundo momento são apresentados os resultados e a análise dos dados da pesquisa. E o terceiro momento engloba as considerações finais.

Psicopedagogia: algumas definições

O conceito de Psicopedagogia é definido pelas Diretrizes da Formação do Psicopedagogo no Brasil como: “uma área de conhecimento, atuação e pesquisa, que lida com o processo de aprendizagem humana, visando o apoio aos indivíduos e aos grupos envolvidos neste processo, na perspectiva da diversidade e da inclusão” (ABPp, 2013a, p. 01).

De acordo com o documento denominado o Código de Ética do Psicopedagogo, “A Psicopedagogia é um campo de conhecimento de ação interdisciplinar em Educação e Saúde com diferentes sujeitos e sistemas, quer sejam pessoas, grupos, instituições e comunidades” (ABPp, 2019b, p. 01).

Sobre o conceito de Psicopedagogia, Blaszkó (2020, p. 46) explica que é resultado dos estudos, pesquisas, documentos e discussões “que ocorreram ao longo da trajetória histórica visto que, inicialmente, a Psicopedagogia focava o olhar nas dificuldades de aprendizagem e no fracasso escolar e, atualmente, tem como objeto o estudo do processo de aprendizagem humana”.

Para Almeida e Silva (2018, p. 59), a Psicopedagogia é uma área que tem por objeto de conhecimento “o ser cognoscente e por objetivo fundamental facilitar a construção da

individualização e da autonomia do eu cognoscente identificando e clarificando os obstáculos que impedem que esta construção se faça”. Ainda, de acordo com a autora, o ser cognoscente não é considerado um ser pronto e acabado, mas que está em constante processo de construção e contínuo vir a ser.

Desta forma, para a autora, o ser cognoscente é considerado uma unidade de complexidade, formado pelas dimensões relacional, racional e desiderativa que possuem especificidades próprias, as quais se completam e são regidas pelo princípio do desejo e o princípio da realidade e se articulam na dialética da autonomia e determinação.

Sobre o psicopedagogo, Bock *et al.* (2001, p. 11) explica que é um profissional com formação em Psicopedagogia “que tem habilidades e conhecimento para, a partir de uma atividade aparentemente simples, poder fazer uma leitura abrangente a respeito da relação da criança com o saber e com o processo de aprendizagem”. Desse modo, o psicopedagogo precisa desenvolver a “escuta” e o “olhar” para as habilidades, potencialidades, demandas e dificuldades de cada aprendiz, intervindo de acordo com cada caso.

A ABPP (2019a, p. 01) explica com clareza que o profissional psicopedagogo não é um mero técnico ou profissional “espontaneísta” visto que sua ação implica refletir em relação às situações-problemas que surgem e em “indicar alternativas para a tomada de decisão construída em seu processo de formação pessoal e acadêmica visando à transformação da pessoa rumo à qualidade de vida e enfrentamento de suas dificuldades”.

Resultados

A seguir são apresentados os dados sobre o cenário psicopedagógico no Estado do Paraná, abrangendo o número de municípios que oferecem o serviço psicopedagógico na educação básica, a variação de profissionais atuantes nos municípios, vínculos empregatícios, formação profissional a nível de graduação e pós-graduação.

Foram enviados os questionários via *e-mail* para 399 municípios do estado do Paraná, dos quais 324 participaram respondendo a pesquisa. A partir da análise dos dados advindos dos questionários, constatou-se que em 122 municípios do estado Paranaense ainda não é ofertado o serviço psicopedagógico na área educacional da rede pública municipal. Em outros 202 municípios, constatou-se que é oferecido o serviço psicopedagógico na rede de ensino. Salienta-se que dos 399 municípios, um total de 75 municípios não responderam ao questionário da pesquisa.

Com relação à variação do número de psicopedagogos atuantes na rede pública municipal no estado do Paraná, constata-se que: em 157 municípios atua somente 1 psicopedagogo em cada rede municipal; em 30 municípios atuam 2 psicopedagogos em cada município; em 10 municípios existem 3 psicopedagogos atuando em cada rede municipal; em 2 municípios atuam 4 psicopedagogos em cada município; em 2 municípios atuam 5 psicopedagogos em cada rede municipal; e em 1 município atuam 6 psicopedagogos. Deste modo, os dados revelam que existe uma variação de 1 a 6 profissionais psicopedagogos por município, totalizando 271 psicopedagogos.

Também a partir da análise dos dados coletados via questionário, constatou-se que dos 271 profissionais atuantes no cargo de psicopedagogo na área educacional nos municípios Paranaenses, 270 (99,6%) profissionais são do gênero feminino e somente 1 (0,4%) é do gênero masculino. Observa-se que no estado do Paraná predomina maior número de profissionais do gênero feminino atuando no cargo de psicopedagogo.

No que tange aos vínculos empregatícios dos psicopedagogos atuantes na rede pública municipal de educação no Estado do Paraná, após a análise das respostas, constata-se que o estado do Paraná tem o maior índice de profissionais concursados em outros cargos e designados para atuar na função de psicopedagogo na rede pública municipal de educação,

totalizando-se 225 profissionais. A pesquisa demonstra que no Paraná totaliza-se 26 profissionais que são concursados no cargo específico de Psicopedagogo, 11 são contratados como psicopedagogo e com variações de vínculos empregatícios somam 9 profissionais.

Os dados também indicam que profissionais foram concursados para o cargo de professor, pedagogo, psicólogo e designados para atuar na função de psicopedagogo, exercendo muitas vezes ambas as funções de acordo com as demandas. Como relata a profissional A75 “*aqui devido a contenção de gastos, a gestão exige que atue na função de psicóloga e psicopedagoga, digo que é difícil atender todas os casos encaminhados e realizar as intervenções psicopedagógicas necessárias para que o aluno evolua*”.

Argumenta-se a partir do relato da psicopedagoga A75 que os profissionais que acumulam cargos podem encontrar dificuldades para desempenhar as funções e atribuições de cada função, visto que existe uma demanda de atendimento para serviço psicopedagógico e psicológico, que exige planejamento, tempo, disponibilidade para atender e intervir de acordo com as necessidades de cada caso. Constata-se que na rede pública municipal de educação é recorrente profissionais acumularem funções, o qual ocorre “quando o trabalhador, além de exercer a função para a qual foi contratado, passa a exercer, concomitantemente, outras de diferentes cargos” (FONTANELLA *et al.*, 2017, p. 8).

Os dados demonstram que muitos profissionais foram contratados para um cargo e designados para atuar como psicopedagogo, e em algumas situações acumulam funções, fato esse que pode contribuir para a precarização do serviço psicopedagógico na rede pública municipal.

A pesquisa evidencia que existem três fatores que contribuem para o acúmulo de funções, sendo: 1º – falta de concursos públicos para o cargo de psicopedagogo; 2º – escassez de profissionais para atender as demandas provenientes do setor educacional; 3º – necessidade de contenção de gastos na rede pública municipal impossibilitando a contratação de novos profissionais. Fato constatado no relato dos profissionais, a psicopedagoga A35 afirma “*Exerço dupla função, sou psicóloga e passei atuar como psicopedagoga, visto que não tem este profissional ainda concursado e as demandas pelo serviço psicopedagógico são muitas*” e a psicopedagoga A310 menciona “*Aqui no nosso município devido à necessidade de conter gastos, não são contratados mais profissionais e a gestão para amenizar as demandas indica que profissionais assumam outros cargos*”.

Os dados demonstram que no estado do Paraná há 26 profissionais psicopedagogos concursados no cargo. Com relação aos trâmites para a realização do concurso para psicopedagogo, os dados revelaram que os representantes da área educacional da rede pública municipal do estado paranaense tiveram que realizar projeto e solicitar a vaga de psicopedagogo em concurso, sendo o mesmo encaminhado e aprovado mediante sessão na Câmara Municipal, e posteriormente autorizado pelo prefeito.

Nesse sentido, Gonçalves (2015) explica que os projetos que tramitam no Legislativo são enviados à plenária para rejeição ou aprovação e deliberação pelos representantes políticos de cada município. O autor menciona que o projeto precisa ser aprovado pelos vereadores e posteriormente encaminhado para o prefeito para sanção e criação da lei.

A pesquisa também indicou a necessidade de revisão dos critérios para a contratação de psicopedagogos, os quais devem atender aos documentos vigentes, como o Código de Ética do Psicopedagogo, as Diretrizes de Formação de Psicopedagogos no Brasil e os Parâmetros Nacionais para Elaboração dos Concursos Públicos.

No estado do Paraná, fato que chama atenção, é que em 6 municípios houve concurso para o cargo de psicopedagogo, os profissionais foram convocados e efetivados mediante trâmites legais, porém, o cargo não existe no plano de cargos e salários do magistério, impossibilitando o progresso funcional. Como percebe-se na afirmação da psicopedagoga A35

“assumi o concurso para psicopedagogo, mas o cargo não está inserido no plano de cargos e salários, fato que preocupa, pois não existe avanço de nível”.

Pontua-se que a ausência do cargo de psicopedagogo no plano de cargos e salários impossibilita aos funcionários o direito de progressão funcional e o desfrute dos benefícios referentes ao período de atuação na rede pública. Sendo que a falta de um plano de cargos e salários pode contribuir para a desmotivação dos funcionários, em virtude da falta de perspectiva de crescimento profissional.

Assim, entende-se que o enquadramento adequado para atuar no cargo de psicopedagogo seria ser concursado na área específica, aspecto que contribuiria para evitar a precarização da função, das condições de trabalho e o acúmulo de cargos.

Segundo os Parâmetros Nacionais para Elaboração de Concursos Públicos para Psicopedagogos no Brasil (ABPp, 2013b, p. 02), o psicopedagogo “é o profissional, graduado e/ ou pós-graduado que tem como objeto de estudo a aprendizagem. Portanto, justifica-se a abertura de concursos públicos para essa função, nos diferentes âmbitos de atuação”. Sendo assim, a realização de concursos públicos para o cargo de psicopedagogo contribui para a efetivação de profissionais no cargo, os quais terão direito de progressão funcional, a estabilidade profissional, a construção de um plano de carreira e contribui para a construção da profissionalidade e identidade do psicopedagogo.

Com relação à identidade do psicopedagogo, está se forma a partir das experiências vividas e “se constrói a partir do conjunto de necessidades, crenças, teorias e práticas” (RUBINSTEIN, 2017, p. 310). Mas também a identidade do psicopedagogo se constrói com a legitimidade e regulamentação da profissão em todo o território nacional.

Com relação ao contrato temporário de profissionais psicopedagogos, evidencia-se a necessidade de realização de concursos públicos para o cargo de psicopedagogo, visto que não é uma demanda temporária, pois a população está crescendo, os alunos estão em constante processo de escolarização e muitos necessitam de atendimento psicopedagógico para evoluírem nas aprendizagens e superar as dificuldades.

Geralmente a contratação temporária, impossibilita a continuidade do serviço psicopedagógico desenvolvido na rede pública municipal refletindo na precarização do trabalho e na realização do serviço psicopedagógico de qualidade. Como percebe-se no relato da psicopedagoga A6 *“Fui contratada temporariamente no cargo de psicopedagoga, a gestão exige que é preciso fazer a avaliação psicopedagógica e encaminhamento do maior número de alunos, mas o serviço psicopedagógico vai muito além que avaliar e encaminhar”.*

Além do vínculo empregatício, são apresentados dados sobre a formação dos profissionais atuantes na rede pública municipal de educação no Paraná. De acordo com o Código de Ética do Psicopedagogo (ABPp, 2019b, p, 03), “a formação do psicopedagogo se dá em cursos de graduação e/ou curso de pós-graduação em Psicopedagogia”, os quais habilitam os profissionais atuar na área. Para tanto, buscou-se conhecer a tipologia e os níveis formativos dos profissionais que exercem a função de psicopedagogos.

A pesquisa revela que os psicopedagogos atuantes na rede pública municipal no Paraná possuem formação a nível de graduação diferenciados, sendo: 238 profissionais cursaram graduação em Pedagogia, 8 profissionais realização graduação em Psicologia, 15 realizaram cursos em outras áreas e de 10 profissionais desconhece-se a área de formação a nível de graduação.

No que concerne à área de formação a nível de especialização dos psicopedagogos atuantes no Estado do Paraná, tem-se: 95 profissionais realizaram especialização em Psicopedagogia como propõem a ABPp. Um total de 101 profissionais cursaram especialização em Psicopedagogia Institucional, 71 profissionais cursaram especialização em outras áreas diferentes da Psicopedagogia e atuam na função de psicopedagogo e de 5 profissionais

desconhece a área de formação. A pesquisa revela a existência de especializações ofertadas na área de Psicopedagogia Institucional somente, fato que revela que cursos em nível de especialização em Psicopedagogia não atendem os requisitos propostos pela ABPp, pois são oferecidos de forma fragmentada, distanciando o âmbito institucional do clínico.

Conforme Portilho *et al.* (2018, p. 16), “muitos cursos a nível de especialização, fazem referência à Psicopedagogia Institucional e à Psicopedagogia Clínica, como se fossem áreas de conhecimento distintas”.

De acordo com a ABPp (2013a), estarão em condições de exercício da Psicopedagogia os profissionais graduados e/ou pós-graduados em Psicopedagogia. Evidencia-se que a formação de qualidade na área de Psicopedagogia é primordial para atuar no cargo de psicopedagogo, como relata a psicopedagoga A6 “*Cursei Psicopedagogia em uma universidade comprometida com a formação dos profissionais, teve muito estudo, articulação entre teoria e prática, estágios supervisionados, discutimos os casos, aprendi muito e hoje atuo com eficiência*”.

A formação em Psicopedagogia deve “garantir a especialização em aprendizagem humana e a integração dos diferentes contextos nos quais ela acontece” (PORTILHO *et al.*, 2018, p. 16). Destaca-se que o psicopedagogo é um sujeito aprendiz, que busca aprender a aprender; sendo assim, o profissional está em um processo contínuo de aprendizagem que se inicia na graduação e na especialização e prossegue ao longo da vida, pois a cada caso, a cada demanda e necessidade são exigidos do profissional novos conhecimentos.

As instituições superiores que ofertam os cursos de especialização em Psicopedagogia precisam ter clareza sobre a indissociabilidade do âmbito institucional e clínico. Stroili (2001, p. 16) aponta que a formação do profissional psicopedagogo “como especialista em questão das aprendizagens, formais e informais, a Universidade é legitimamente indicada como a mais importante agência formadora, em nível de pós-graduação”.

Ainda, os resultados evidenciaram que os profissionais que não apresentam formação na área da Psicopedagogia, mas que atuam na função de psicopedagogos no setor educacional da rede pública municipal, demonstram apresentar pouco conhecimento na área e dificuldades para exercer ações e atendimentos na perspectiva psicopedagógica. Como percebe-se no relato das psicopedagogas A175 “*Sou professora, cursei a pós-graduação em educação infantil e fui designada a atuar no cargo de psicopedagogo, mas preciso fazer avaliação, intervenção e atendimentos psicopedagógicos, sinto falta de conhecimentos na área*” e psicopedagoga A50 afirma “*Fiz a pós-graduação em Neuropsicopedagogia, aprendi muito sobre sistema neurológico, mas sinto que o curso não forma para assumir o cargo de psicopedagogo, senti falta dos estágios e de aprender como realizar serviço psicopedagógico*”.

Os profissionais atuantes no campo da Psicopedagogia precisam compreender a necessidade da busca constante de conhecimentos para atuar perante as demandas que emergem no contexto das escolas. Pois, a formação do profissional psicopedagogo não se finda com o término do curso de especialização em Psicopedagogia, mas é uma formação permanente que conduz a novas aprendizagens e à formação da profissionalidade.

Considerações finais

Conclui-se por meio da pesquisa que um total de 202 municípios do estado do Paraná disponibiliza o serviço psicopedagógico na rede pública municipal de educação, havendo uma variação de 1 a 6 profissionais psicopedagogos por município, totalizando 271 psicopedagogos. Esses dados indicam que o trabalho do psicopedagogo já é reconhecido no cenário Educacional Paranaense. Embora haja esse reconhecimento, a pesquisa também

revelou a necessidade de formação e regulamentação da profissão, também da implantação do serviço psicopedagógico nos demais municípios.

Constatou-se que existe uma variação do número de psicopedagogos atuando em cada município, o que apresenta estreita relação com as demandas de atendimento psicopedagógico da população local, a dimensão do município, a disponibilidade de recursos financeiros para a contratação de profissionais e, ainda, uma visível relação com as propostas das gestões políticas e educacionais.

A maioria dos psicopedagogos possui especialização na área da Psicopedagogia, atendendo os requisitos propostos pela Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp) para atuar no cargo de psicopedagogo. No entanto, existe também uma parcela significativa de psicopedagogos que possui formação fragmentada na área da Psicopedagogia, por terem realizado cursos de pós-graduação com ênfase somente no âmbito institucional ou somente no âmbito clínico. E ainda se tem, em menor índice, profissionais com formações distintas da Psicopedagogia, os quais não tem reconhecimento nacional como campo de formação do psicopedagogo.

Os dados obtidos e as reflexões realizadas são de suma importância, visto que contribuem para a leitura do cenário psicopedagógico no Estado do Paraná, e, por conseguinte, vêm oferecer subsídios capazes de fortalecer as ações e pesquisas na área da Psicopedagogia.

Referências

ALMEIDA E SILVA, Maria Cecília. *Psicopedagogia: a busca de uma fundamentação teórica*. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA – ABPq. *Diretrizes da formação de psicopedagogos no Brasil*. 2013a. Disponível em: https://www.abpp.com.br/documentos_referencias_diretrizes_formacao.html. Acesso em: 24 out. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA – ABPq. *Parâmetros nacionais para elaboração de concursos públicos para psicopedagogos no Brasil*. 2013b. Disponível em: https://www.abpp.com.br/documentos_referencias_parametro_nacional_para_eleboracao_de_concurso_publico_psicopedagogo.html. Acesso em: 15 jun. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA – ABPq. *Categorias de associados*. 2019a. Disponível em: https://www.abpp.com.br/seja_associado_categoria_de_associados.html. Acesso em: 29 dez. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA – ABPq. *Código de ética do psicopedagogo*. 2019b. Disponível em: https://www.abpp.com.br/documentos_referencias_codigo_etica.html. Acesso em: 27 out. 2019.

BLASZKO, Caroline Elizabel. *O psicopedagogo na rede pública municipal em sete estados brasileiros: cenários e desafios*. 2020. 162f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2020.

BOCK, Ana Mercês Bahia *et al.* Regulamentação da profissão de psicopedagogo. *Revista Psicopedagogia*, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 04-28, 2001.

FONTANELLA, Gerusa *et al.* *Acúmulo de função: o entendimento jurisprudencial do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. *In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R. (Org.). Pesquisa social: teoria e métodos e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 09-30.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, Marcos Flávio R. *O vereador e a câmara municipal*. Rio de Janeiro: IBAM, 2015.

PORTILHO, Evelise Maria Labatut *et al.* *A instituição que aprende sob o olhar da psicopedagogia*. Rio de Janeiro: Wak, 2018.

RUBINSTEIN, Edith. Psicopedagogia, psicopedagogo e a construção de sua identidade. *Revista Psicopedagogia*, São Paulo, v. 34, n. 105, p. 310-319, 2017.

STROILI, Maria Helena Melhado. Psicopedagogia: identidade de uma especialidade em construção. *Revista Psicopedagogia*, São Paulo, v. 19, n. 56, p. 14-16, 2001.

Sobre as autoras

Caroline Elizabel Blaszkó. Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná -PUCPR (2020). Mestre em Ensino de Ciências e Tecnologia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná? UTFPR (2014). Especialização em Educação Especial e em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras de União da Vitória (FAFIUV). Graduação em Pedagogia. Docente colaboradora do Colegiado de Pedagogia na Universidade Estadual do Paraná – Campus de União da Vitória (UNESPAR/UV). Atua como professora no Mestrado Profissional em Educação Básica, na linha de pesquisa Cultura, Ensino, Saúde e Formação Docente. Tem experiência na área da docência e Psicopedagogia atuando com a Educação Infantil, Anos Iniciais, Sala de Recursos Multifuncional e na Secretaria Municipal de Educação. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Práxis Educativa (GEPPRAX) vinculado ao Curso de Pedagogia da UNESPAR/UV. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação: teoria e prática (GEPE), vinculado ao CNPq. Membro do Grupo de Pesquisa em Educação: Aprendizagem e Conhecimento na Prática Docente (PUCPR). Parecerista da Revista Ensino & Pesquisa da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Centro de Ciências Humanas e Educação.

E-mail: carolineblaszko2020@gmail.com.

Evelise Maria Labatut Portilho. Possui graduação em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR (1976). Especialização em Psicopedagogia, Educação Especial e Grupos Operativos. Mestrado em Educação pela PUCPR (1995). Doutorado em Educação pela Universidade Complutense de Madri (2003). Pós Doc na Universidade do Porto (2015). Professora Titular do Programa Stricto Sensu em Educação, do Curso de Pedagogia e licenciaturas da PUCPR. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Aprendizagem e Conhecimento na Prática Docente e das pesquisas: Aprendizagem e Conhecimento na Formação Continuada de Professores e Aprendizagem e Conhecimento na Identidade Profissional do Pedagogo, estabelecendo parcerias com diferentes instituições de ensino no Brasil e no exterior. Conselheira e Sócia Titular da Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp), onde exerceu diferentes atividades. Coordenadora do Curso de Psicopedagogia da PUCPR desde 1990. Responsável pela tradução e

validação para o Brasil do Questionário Honey-Alonso de Estilos de Aprendizagem (CHAEA), Coautora do Inventário Portilho/Beltrami de Estilos de Aprendizagem para crianças, do Questionário Portilho/Banas de Estilo de Ensino e do CHAEA Junior de Estilos de Aprendizagem para adolescentes. Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: aprendizagem, estilos e estratégias de aprendizagem e ensino, metacognição, avaliação, formação profissional de professores e psicopedagogos, construção de instrumentos pedagógicos e psicopedagógicos. Autora de livros e artigos científicos na área da Educação. Palestrante em universidades, escolas (rede pública e privada) e eventos científicos.

E-mail: eveliseportilho@gmail.com.